

# SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - 14.101

## 1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – Seagri/DF, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, para execução de suas atividades, nos termos do Decreto nº 36.236, de 01/01/2015, tem atuação e competência nas seguintes áreas:

- I - agricultura, pecuária, aquicultura e agroindustrialização;
- II - produção e fomento agropecuário;
- III - Política agrícola, abastecimento e planejamento agropecuário;
- IV - Defesa sanitária animal e vegetal;
- V - Fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias;
- VI - Inspeção de produtos de origem animal e vegetal;
- VII - Fiscalização fundiária e administração de terras públicas rurais;
- VIII - Proteção, conservação e manejo do solo e água, voltado ao processo produtivo agropecuário;
- IX - Assistência técnica e extensão rural;
- X - Inovação tecnológica na agropecuária.

Missão

Coordenar e promover o desenvolvimento rural, econômico e ambientalmente sustentável, administrar as terras públicas rurais e zelar pela segurança alimentar da população por meio de ações de fiscalização e inspeção animal e vegetal.

Visão

Ser reconhecida como agente inovador e de excelência no desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária.

### FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	62	84	38	281	465
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	24	0	24
Requisitados de órgãos do GDF	2	1	7	2	12



Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	0	28	0	0	28
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	18	0	0	18
Terceirizados (FUNAP)	0	8	0	0	8
Outros - especificar	0	148	0	38	186
Subtotal	66	287	69	321	743
(-) Cedidos para outros órgãos	37	18	0	0	55
Total Geral	29	269	69	321	688

A estrutura do quadro de pessoal da Seagri/DF é composta por 503 servidores, sendo que deste quantitativo 24 são comissionados sem vínculo e 14 requisitados de órgãos federais e distritais.

Compõem esse quadro também 194 funcionários terceirizados, os quais atuam nas áreas de apoio administrativo, limpeza/conservação, segurança e mecanização agrícola; 28 estagiários e 18 jovens candangos. Com relação aos servidores citados em "Outros - especificar", no valor de 186, são os terceirizados pelas empresas Servegel, Real JG e Brasfort.

Observa-se no quadro de pessoal que a força de trabalho efetivamente disponível é de 688 funcionários, considerando que 55 encontram-se cedidos e/ou à disposição de outros órgãos.

Cabe salientar que no exercício de 2016 esta Pasta contava com 513 servidores efetivos, tendo reduzido esse número, em 2017, para 465, em decorrência das vacâncias provenientes de aposentadorias, exonerações e óbitos.

Em relação ao mês de dezembro do exercício anterior, houve aumento no quantitativo de terceirizados, de 187 para 194. Também ocorreu acréscimo de 28 estagiários e 18 jovens candangos.

Convém consignar, por oportuno, que a crescente diminuição da força de trabalho, principalmente em relação ao quadro efetivo (em torno de 9,36% a.a), revela a urgente necessidade de realização de novo concurso público para assegurar a manutenção, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços públicos ofertados ao cidadão. Nesse sentido, em 2016 foi realizado estudo visando futuras contratações (processo nº 070.002.136/2016), o qual está sobrestado, a depender do desfecho do projeto de lei que visa reestruturar a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária.

Registra-se que no ano de 2018 mais de 50 servidores devem aposentar-se no decorrer do exercício, impactando ainda mais a já insuficiente força de trabalho.

Outro fator que merece ser destacado, por fim, é que em dezembro/2017 o órgão dispõe de 99 cargos comissionados em sua estrutura (98 ocupados), sendo que 74 destes estão providos por servidores vinculados à Administração Pública, representando um índice de 75,51%, isto é, muito superior ao percentual de 50% estabelecido no art. 19, inciso V, da Lei Orgânica do DF.



## 2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

### 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

#### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO</b>	<b>1.601.000,00</b>	<b>1.726.000,00</b>	<b>1.171.427,50</b>	<b>1.171.427,50</b>
0001 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECU-MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DA SEAGRI-DISTRITO FEDERAL	1.500.000,00	1.200.000,00	1.171.427,50	1.171.427,50
0004 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DO CANAL DE IRRIGAÇÃO NA COMUNIDADE RURAL DO CÔRREGO DAS CORUJAS- CEILÂNDIA	0,00	226.000,00	0,00	0,00
2900 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-RURAL-DISTRITO FEDERAL	101.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-RECUPERAÇÃO DE CANAIS DE IRRIGAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0,00	300.000,00	0,00	0,00
<b>2639 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES</b>	<b>310.000,00</b>	<b>220.550,63</b>	<b>220.549,19</b>	<b>198.461,99</b>
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES-DA GRANJA DO TORTO- PLANO PILOTO .	310.000,00	220.550,63	220.549,19	198.461,99
<b>2612 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA</b>	<b>50.000,00</b>	<b>1.140.523,00</b>	<b>28.674,14</b>	<b>28.674,14</b>
0001 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1.140.523,00	28.674,14	28.674,14
<b>4115 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0001 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA-COMPRAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS</b>	<b>20.000,00</b>	<b>600,00</b>	<b>600,00</b>	<b>600,00</b>
0004 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	600,00	600,00	600,00
<b>1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
3196 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>2614 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO</b>	<b>310.000,00</b>	<b>4.388.105,00</b>	<b>49.672,68</b>	<b>49.672,68</b>
0001 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO-DA HORTA COMUNITÁRIA GIRASSOL DA QD. 12 DO BAIRRO MORRO AZUL EM SÃO SEBASTIÃO - RAXIV- SÃO SEBASTIÃO	300.000,00	0,00	0,00	0,00
9640 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	4.388.105,00	49.672,68	49.672,68
<b>2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR</b>	<b>2.720.000,00</b>	<b>5.456.854,00</b>	<b>1.557.095,70</b>	<b>1.557.095,70</b>
0001 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-APOIO AO DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA	2.500.000,00	60.000,00	55.230,70	55.230,70



<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL				
0003 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	5.096.854,00	1.501.865,00	1.501.865,00
0004 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL- SÃO SEBASTIÃO	0,00	300.000,00	0,00	0,00
5682 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-FOMENTO À PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS</b>	<b>10.000,00</b>	<b>1.917.045,00</b>	<b>1.082.626,98</b>	<b>1.082.626,98</b>
0008 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	0,00	80.000,00	0,00	0,00
9557 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	1.837.045,00	1.082.626,98	1.082.626,98
<b>4090 - APOIO A EVENTOS</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>820.000,00</b>	<b>150.844,80</b>	<b>150.844,80</b>
0013 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DA MEGA LEITE / 2017-DISTRITO FEDERAL	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00
0078 - APOIO A EVENTOS-(EP) APOIO A REALIZAÇÃO DA PEC BRASÍLIA E FEIRA DO LEITE-DISTRITO FEDERAL	0,00	500.000,00	150.844,80	150.844,80
0100 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO EXPOGAMA- GAMA	0,00	70.000,00	0,00	0,00
0108 - APOIO A EVENTOS-APOIO 1ª EXPOREMA - 1ª FEIRA DO AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR DO RECANTO DAS EMAS-DISTRITO FEDERAL	0,00	250.000,00	0,00	0,00
<b>4120 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0001 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS</b>	<b>70.000,00</b>	<b>18.036,68</b>	<b>18.035,53</b>	<b>18.035,53</b>
0001 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	70.000,00	18.036,68	18.035,53	18.035,53
<b>2643 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA</b>	<b>51.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0001 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA-- DISTRITO FEDERAL	51.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>3041 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0001 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- PLANALTIMA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL</b>	<b>640.000,00</b>	<b>6.547,00</b>	<b>6.544,00</b>	<b>6.544,00</b>
0001 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	290.000,00	6.547,00	6.544,00	6.544,00
0002 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGE-IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE RESÍDUOS DE AGROTOXICOS EM PRODUTOS VEGETAIS-DISTRITO FEDERAL	350.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA</b>	<b>7.392.000,00</b>	<b>15.694.261,31</b>	<b>4.286.070,52</b>	<b>4.263.983,32</b>

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo



Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1498 - AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL	0	UNIDADE	117.300	97.977	127.500	97.256	127.500	137.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7
<p><b>Justificativa:</b> 2016 - A Defesa Sanitária Animal aumentou a quantidade de fiscalizações realizadas e aumentou a eficiência. Foi feito um inquérito de Peste Suína Clássica, com colheita de material e aplicação de questionário em quase 300 propriedades. Passou-se ainda a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. A barreira móvel melhorou a eficiência, aumentou a quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos. \n 2017 - O aumento na quantidade de cadastros de novas propriedades de criação de equídeos e passeriformes, de vacinações de bezerras, e de atendimento a notificações de doenças de controle sanitário, não foi suficiente para alcançarmos o índice desejado, devido à redução nas fiscalizações de comércio de vacinas (o que se deve, basicamente, à descontinuidade na comercialização de vacinas contra febre aftosa por 7 revendas) e de carregar em trânsito (extinção de uma barreira fixa).</p>									
1480 - CANAL RECUPERADO	11	KM	15	19,675	15	1,47	15	5,5	SDR/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
<p><b>Justificativa:</b> 2016 - Houve uma demanda superior ao que havia sido planejado, mas ocorreram aquisições de novas máquinas e implementos, possibilitando o atendimento à nova demanda superior. \n 2017 - Devido a pouca disponibilidade de pessoal com atribuição para coordenação de equipes de campo, não foi possível alcançar o índice desejado. O número alcançado é resultado do empenho normal da equipe.</p>									
1497 - FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS E VEÍCULOS	0	UNIDADE	7.500	7.938	7.500	6.668	7.500	7.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7
<p><b>Justificativa:</b> 2016 - Mesmo com o número de servidores e veículos reduzidos, a equipe trabalhou intensamente para realizar as ações de inspeção em quantidade e qualidade necessária para a manutenção da segurança sanitária dos alimentos consumidos pela população do Distrito Federal, superando em 5,84% o índice do indicador. \n 2017 - O intervalo entre as inspeções nos estabelecimentos tem como tendência a aumentar, diminuindo a quantidade anual de vistorias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de auto controle nos estabelecimentos registrados, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros. O número alcançado é consequência do comprometimento e capacidade dos servidores, apesar do déficit de veículos e servidores na área de fiscalização.</p>									
1482 - PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS	1161	PESSOA	1.550	1.451	1.700	1.321	1.850	2.000	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
<p><b>Justificativa:</b> 2016 - No Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 980 Agricultores Familiares - AF foram cadastrados. No PAA na modalidade Institucional participaram 111 Agricultores Familiares - AF. No PAA modalidade CONAB participaram 47 Agricultores Familiares - AF. No Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE participaram 250 Agricultores Familiares - AF. No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF participaram 63 Agricultores Familiares - AF. \n 2017 - Devido à diminuição de recursos disponibilizados pelo MDSA, o atraso ao iniciar as atividades do PAA no segundo semestre de 2017 e falta de recursos das secretarias do DF para contratação no PAPA, não foi possível alcançar o índice desejado. O valor obtido se deve ao empenho normal da equipe.</p>									
1481 - PRODUTOR ASSISTIDO EM DOAÇÃO DE INSUMOS	1030	PESSOA	650	438	650	4.390	650	650	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
<p><b>Justificativa:</b> 2016 - Foram distribuídos 211 trajetos/caminhões de apara de poda e 672 toneladas de composto orgânico/calciário. \n 2017 - O alcance do índice desejado foi possível por ter sido trabalhado paulatinamente conforme os preceitos legais vigentes, com o avanço controlado de seu cumprimento, avaliando o desempenho das ações e assegurando a prestação de contas, primando sempre pela qualidade do atendimento e serviços prestados.</p>									

A Seagri/DF, na área de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, tem por escopo o fomento aos agricultores familiares, com destaque para a conscientização de agentes comunitários de desenvolvimento sustentável.

Além disso, dirige e coordena a inclusão socioprodutiva e a segurança alimentar dos agricultores familiares, principalmente daqueles mais carentes, mediante o apoio à organização do seu processo produtivo, com agregação de valor (armazenamento, processamento, transporte e distribuição) e certificação de seus produtos, bem como seu acesso aos mercados; orientar e apoiar os agricultores familiares no acesso aos serviços essenciais das políticas públicas, mediante processos de articulação institucional; elabora relatórios das atividades desenvolvidas e executa outras atividades na sua área de atuação e que lhes forem atribuídas.

Abaixo discriminamos as ações desenvolvidas na área de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário que exemplificam as atividades desempenhadas pelo setor no exercício de 2017:

- Convênio 839454/2016, concedente: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no valor de R\$ 5.005.005,01, para implantação de sistemas de abastecimento de água nos assentamentos rurais no DF e RIDE;



- Contrato de Repasse: 840951/2016, concedente: - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, no valor de R\$ 1.039.049,00, para apoiar a estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF através da aquisição de patrulhas agrícolas;
- Convênio: 776751/2012, concedente Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, no valor de R\$ 5.894.973,58, para Aquisição de Veículos, Caminhões, Equipamentos, Construção de 05 Unidades de Recebimento e Distribuição de Alimentos no âmbito do Distrito Federal e Consultoria Gerencial para 05 Organizações de Produtores Rurais do DF;
- Contrato de Repasse: 795520/2013, concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no valor de R\$ 4.400.000,00, para estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF e RIDE através da aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilização de serviços de mecanização, aquisição de maquinário e construção de edificações para apoio ao transporte e comercialização da produção;
- Convênio: 795760/2016, concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no valor de R\$ 4.022.100,00, para construção e implantação de Centro de Capacitação de Assentados;
- Contrato de Repasse: 833391/2016, concedente: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no valor de R\$ 144.487,00, para aquisição de patrulha agrícola;
- Convênio: 837678/2016, concedente: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, no valor de R\$ 3.295.726,98, para implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário no DF e RIDE;
- Contrato de Repasse: 839394/2016, concedente: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, no valor de R\$ 1.601.601,60, para Construção de Centro de Comercialização e Capacitação;
- Contrato de Repasse: 844135/2017, concedente: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no valor de R\$ 146.396,40, para apoiar a estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF através da aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilização de serviços de mecanização;
- Convênio 851231/2017, concedente: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, no valor de R\$ 197.086,01, para comprar materiais e insumos para revitalização de Centro de Referência em Agroecologia;
- Convênio 853923/2017, concedente: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no valor de R\$ 1.259.685,00, para contemplar com abastecimento de água por meio de implantação estrutural de irrigação ao público beneficiário, especialmente as famílias de trabalhadores rurais em situação de



k



vulnerabilidade social de modo a otimizar suas produções nos aspectos qualitativos como quantitativos; e

- Contrato de Repasse 846833/2017, concedente: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, no valor de R\$ 1.041.810,81, para Aquisição de equipamentos e materiais diversos.

Com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e contribuir para a produção nos assentamentos da reforma agrária a Seagri/DF entregou em 2017, por meio de chamamento público, 13 patrulhas mecanizadas para 13 associações de agricultores do Distrito Federal e da RIDE/DF, as quais foram adquiridas através de contrato de repasse com a União. Cada Patrulha fornecida é formada por: trator agrícola; arado reversível; plantadora/adubadora hidráulica para plantio direto; triturador rotativo de restos culturais; grade aradora de arrasto; rotocanteirador hidráulico; roçadeira hidráulica; distribuidor de calcário e adubo orgânico; plantadeira de mandioca para o plantio direto e convencional; afoador de mandioca; e carreta para trator.

Foi licitado o projeto de execução para a Obra do Centro de Capacitação de Assentados no projeto de assentamento Ozziel Alves III objetivando a construção e implantação de um centro de capacitação de assentados da reforma agrária, no âmbito de atuação do Distrito Federal no valor de R\$ 4.022.100,00.

No Âmbito da Coordenação de Políticas de Assentamento foram realizados 03 Chamamentos Públicos com o objetivo de assentar agricultores familiares. Por meio do Chamamento Público nº 01 foram entregues 07 parcelas no Assentamento Santarém; pelo Chamamento nº 02 foram entregues 24 parcelas no Assentamento Patrícia e Aparecida; e pelo Chamamento nº 03 foram entregues 35 parcelas no Assentamento 10 de Junho.

No tocante à entrega dos insumos água e podas, no período de agosto a setembro foram distribuídos 340m<sup>3</sup>, em outubro foram distribuídos 400m<sup>3</sup>, em novembro 380m<sup>3</sup> e dezembro 620m<sup>3</sup>, totalizando 1.740m<sup>3</sup> de água em 2017. Foram entregues aproximadamente 2.000m<sup>3</sup> de podas.

Em 2017 foram adquiridas 529 toneladas de alimentos destinadas a 30 mil pessoas por meio de 126 entidades sociais do Distrito Federal. Para tanto, foram cadastrados 1.014 agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Termo de Adesão. Foram adquiridos R\$ 1,65 milhões, que contribuíram para o desenvolvimento e inclusão sócio-produtiva dos agricultores familiares do Distrito Federal.

Para o biênio de 2016 e 2017 foram adquiridas 1.097 toneladas de alimentos, produzidos pelos 1.988 agricultores cadastrados no programa. Esse volume de produtos foi distribuído às 159 entidades socioassistenciais que atendem a aproximadamente 40 mil pessoas em estado de vulnerabilidade alimentar.

No tocante ao Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF, foram realizadas 07 chamadas públicas em 04 órgãos públicos (SECRIANÇA, SEDESTMIDH, EMATER e BRB), no valor total de R\$ 8.412.634,00, com a participação de 178 agricultores familiares.

Na área de Defesa Agropecuária a Seagri/DF tem como competência planejar, propor políticas de fiscalização e normatizar a execução dos trabalhos de defesa agropecuária; dirigir a elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos, referentes à inspeção e sanidade animal e vegetal; fazer cumprir as normas e regulamentos sanitários; planejar, promover e supervisionar ações de educação sanitária e de conscientização da população relativas à defesa agropecuária. Destaca-se ainda a execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória, demandados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA em cada Estado da Federação, por meio de mapeamento e monitoramento de ocorrências fitossanitárias e zoonosológicas, para estudo epidemiológico, controle do trânsito animal e





vegetal e de ações educativas sanitárias.

São beneficiários das atividades desenvolvidas pela Seagri/DF - na área de Defesa Agropecuária - os produtores rurais e criadores, os comerciantes de vacinas, partes de vegetais e de agrotóxicos, a cadeia produtiva de flores, de suínos, leite, peixes, aves, de hortaliças, grãos e oleaginosas, bem como os frigoríficos, as agroindústrias de produtos de origem animal, vegetal e artesanal, os supermercados, os entrepostos, e principalmente o consumidor, por receber produtos de boa procedência e de boa qualidade.

Dentro do Programa Brasília Competitiva um dos objetivos da Seagri/DF é garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras do Distrito Federal, para evitar a entrada e proliferação de doenças que possam comprometer a produção agropecuária e a qualidade dos produtos destinados ao consumo da população.

Em 2017 a Seagri/DF realizou 780 ações de inspeção e fiscalização sanitária em agroindústrias de produção de produtos de origem vegetal e animal. Foram elaboradas 1.045 Notas Técnicas relacionadas à rotulagem, à avaliação de plantas e às condições de funcionamento de alguns estabelecimentos. Além disso, foram protocoladas 62 plantas de reforma e/ou construção de agroindústrias e 1.343 formulários de rotulagem. Com relação à Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal foram registradas 11 novas agroindústrias, sendo 2 estabelecimentos de processamento artesanal e 9 de processamento de produtos de origem animal. Temos um total de 211 estabelecimentos sob inspeção distrital. Foram atendidas 10 denúncias de transporte irregular de produtos ou de unidades de processamento clandestino no Distrito Federal, sendo que 100% destas foram averiguadas e respondidas dentro do prazo exigido. Em um total de 137 ações de fiscalizações em veículos, tanto em horário diurno quanto noturno, foram fiscalizados 5.724 veículos (destes, 19 veículos que transportavam produtos em desacordo com a legislação sanitária foram autuados). Nestas ações de trânsito, 21,19 toneladas de produtos foram apreendidos por apresentar inconformidades com relação às normas sanitárias. Quanto ao trabalho de Educação Sanitária desenvolvido nas agroindústrias, 362 manipuladores de produtos de origem animal, vegetal e microrganismos foram treinados em boas práticas de fabricação. Já o somatório das ações de inspeção de produtos de origem vegetal e animal foi de 6.668, ficando abaixo 11,1% do valor desejado para 2017, que é de 7.500, e houve um decréscimo de 16% em comparação ao ano de 2016, conforme gráfico a seguir.



A Seagri/DF participou da elaboração de propostas de normativas, sistemas e programas relacionados à atividade de inspeção e fiscalização sanitária, como a construção da proposta de Decreto regulamentador da Lei nº 5.800/2017, a qual dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, vegetal e de microorganismo processados no Distrito Federal e dá outras providências, Portaria dispondendo sobre as normas complementares à Lei nº 5.800/2017, construção de projeto de lei para o registro e o funcionamento de agroindústrias de pequeno porte, atualização e formatação do novo sistema de Registro e Licenciamento de Empresas - RLE digital, Programa de Atendimento ao Empresário - simplifica PJ, e o desenvolvimento e execução do Convênio Nº 835505/2016 MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual tem como objeto apoiar à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o fortalecimento das ações de Defesa Agropecuária.

Em relação às ações de defesa sanitária animal e vegetal alcançamos 97.256 das 127.500 ações desejadas para o ano de 2017, cumprimos 76,3%, e em comparação ao ano de 2016

*[Assinatura]*

K



houve um decréscimo de 0,7%, conforme aponta o gráfico a seguir.



Houve um aumento na quantidade de propriedades cadastradas devido à intensificação no registro de criadores de equídeos e passeriformes - o que auxilia no trabalho da Seagri/DF ao permitir que tenha as informações atualizadas de toda a área rural do Distrito Federal, e também houve aumento significativo no número de bezerras vacinadas contra brucelose - o que mostra um efetivo trabalho de educação sanitária, já que não são feitas campanhas de vacinação contra essa doença. Também ocorreu um aumento no número de atendimento a notificações de doenças de controle sanitário, relacionado principalmente com a ocorrência de suspeitas de mormo e complicações de manejo em granjas de aves. A redução na fiscalização de comércio de vacinas deve-se, basicamente, à descontinuidade na comercialização de vacinas contra febre aftosa por 7 revendas desde o ano anterior. No exercício de 2017, houve um maior ingresso de servidores da defesa sanitária animal em programas de pós-graduação com projetos de pesquisa relacionados às atividades de defesa agropecuária. Desta forma, houve uma redução de treinamentos internos para viabilizar a execução conjunta com as atividades de rotina do órgão.

Em 2017 observou-se uma pequena recuperação na quantidade de Guias de Trânsito Animal - GTAs emitidas, comparativamente ao ano de 2016. Tal evolução se refere ao retorno de algumas empresas à atividade de avicultura que tinham suspenso suas atividades em 2016 devido à crise econômica. Destaca-se ainda o aumento no número de atendimento às notificações, o que é resultado das campanhas de educação sanitária realizadas pela Seagri/DF entre criadores rurais e profissionais atuantes no setor agropecuário por meio de distribuição de material gráfico e, principalmente, maior divulgação dos serviços em canais de rádio e TV. Houve ainda diminuição no número de Autos de Infração aplicados; como cerca de 70% desse indicador refere-se à inadimplência em campanhas de vacinação de febre aftosa, e como os índices de vacinação no Distrito Federal vem melhorando a cada ano, a diminuição de aplicação de autos de infração é o objetivo desejável pela Seagri/DF. Esse resultado vem em grande parte da conscientização dos proprietários de animais sobre a importância de seguir o calendário de vacinação, conseguido com o desenvolvimento de atividades de educação sanitária realizadas durante todo o ano.

Em relação às atividades da área de defesa sanitária vegetal, foram realizadas 20.393 ações, ocorreu um decréscimo de 4,82% em comparação ao número de ações alcançadas em 2016, que foi de 21.426. A redução foi devido, principalmente, ao fechamento de uma barreira fixa de fiscalização, o que causa impacto direto no número de fiscalizações de trânsito de vegetais, como se pode averiguar, em 2017 foram 7.941 e em 2016 foram 9.072.

No caso das ações de Defesa Sanitária Vegetal, algumas atividades são diretamente relacionadas à demanda do setor, e por isso houve uma redução em 2017 no número de inscrições de unidades de produção para emissão do Certificado Fitossanitário de Origem - CFO, e, conseqüentemente, no número de CFOs emitidos pela Seagri/DF. Por outro lado, o número de Certificado Fitossanitário de Origem Consolidados (CFOCs) e Permissões de Trânsito de Vegetais (PTVs) foi maior em 2017 em razão da nova exigência de certificação para as rosáceas (ameixa, maçã e pêra) vindas da região Sul, que foi implementada este ano. Foram realizados 6 levantamentos fitossanitários em 2017 em relação aos 2 realizados em 2016, aumentando assim o número de amostras enviadas aos laboratórios, mas não necessariamente o tamanho da área inspecionada, uma vez que algumas áreas foram reinspecionadas. Como resultado, o Distrito Federal manteve-se como área reconhecida de livre ocorrência de diversas pragas de importância econômica.



Já na área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural, foram executados serviços de revitalização de canais, ação programada com a finalidade de impermeabilizar os leitos dos canais não revestidos, com a aplicação de tubos de PVC, bem como a limpeza e manutenção de canais de terra ainda não contemplados com as ações de revitalização, mas que para se manterem em funcionamento necessitavam de limpeza e regularização de alguns trechos. A seguir apresentamos tabela com a listagem dos canais trabalhados pela Seagri/DF, e acompanhados por técnicos da Emater/DF.

Canais Revitalizados	Localidade	Extensão (m)
Recanto da Conquista	São Sebastião	2.500
Guariroba	Alto Rodeador	2.330
Cristal	Alto Rodeador	1.400
Índio	Alex. Gusmão - Descoberto	1.600
Rodeador	Rodeador	30
Buriti Vermelho	Paranoá	1.970
<b>Total</b>		<b>9.830</b>

Canais que Receberam Manutenção	Localidade	Extensão (m)
Seagri-DF/Granja do Ypê	Riacho Fundo	3.000
Núcleo Rural Tabatinga	Planaltina	700
<b>Total</b>		<b>3.700</b>

<b>Total Geral (m)</b>	<b>13.530</b>
------------------------	---------------

Com relação à ação "canal recuperado" não foi possível atingir a quantidade desejada de 15 km, atingindo apenas 1,47 km, devido à falta de pessoal com atribuição para a coordenação de equipes de campo. Outro fator que prejudicou a execução da ação foi a falta de combustível no mês de setembro, época adequada para os serviços, paralisando o serviço



por duas semanas, aproximadamente.

Ainda na área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural, há o Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal - Brasília Qualidade no Campo que visa certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura, estimulando a produção de alimentos seguros, a promoção de ações que visam melhorar a qualidade sanitária da produção agrícola e proteger a saúde da população do Distrito Federal.

As Boas Práticas Agropecuárias são definidas como o conjunto de princípios, conceitos, práticas, tecnologias, métodos e recomendações técnicas apropriadas aos sistemas de produção de insumos, de animais e de alimentos aplicados e implementados em nível de campo a fim de fomentar e agregar valor às atividades agropecuárias e de promover a saúde e o bem-estar humano e animal.

Quando o estabelecimento rural atingir o mínimo de 70% dos itens de adequação receberá Auditoria de avaliação de conformidade realizada pelo Grupo Gestor do Programa. Sendo comprovado o cumprimento de no mínimo 70% dos itens previstos, observado o cumprimento dos itens obrigatórios, o estabelecimento rural receberá o Certificado no Programa expedido pela Seagri/DF. No ano de 2017, 02 propriedades foram certificadas e receberam o selo. Frisa-se que 1.099 produtores rurais já realizaram a adesão ao Programa, primeiro passo para obtenção da Certificação.

A fim de promover o saneamento básico na área rural do Distrito Federal e melhorar a qualidade de vidas dos produtores rurais, por meio das boas práticas agropecuárias, a Seagri-DF publicou, no Diário Oficial do Distrito Federal, a Portaria nº 43, de 23 de maio de 2017, que estabelece critérios para o desenvolvimento das ações de fomento à agricultura familiar com a distribuição gratuita de materiais e equipamentos aos produtores rurais.

## 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>4109 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS</b>	<b>710.880,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS--DISTRITO FEDERAL	210.880,00	0,00	0,00	0,00
0002 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS-APOIO A PROJETOS DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO-DF ENTORNO	500.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE</b>	<b>710.880,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

No primeiro semestre do ano de 2017, com a publicação do Decreto Distrital nº 38.125/2017- que Regulamenta a Lei nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017, que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Terracap, os procedimentos administrativos de regularização das ocupações de terras públicas em andamento nesta Secretaria tiveram de ser revistos e adequados às novas exigências da legislação, o que demandou a reanálise de processos, bem como a notificação daqueles que já possuem contrato, fato que resultou na emissão de 102 termos aditivos aos contratos vigentes.

Além disso, com a publicação do Termo de Cooperação Técnica nº 14/2017 firmado entre a Terracap e a Seagri, em 22 de março de 2017, que transfere, a esta Secretaria, a gestão da ocupação das terras públicas pertencentes à Terracap inseridas na Macrozona Rural passíveis de regularização por meio de Contratos de Concessão de Uso Oneroso, aqueles processos de regularização que já estavam na iminência de terem seus contratos assinados



foram devolvidos a Seagri pela Terracap, para adequá-los e gerenciá-los.

Ao mesmo tempo, foram feitas ações de orientação aos produtores em diversas áreas, como Vargem Bonita - ParkWay, para que dessem início aos seus processos de regularização. Tal ação culminou na autuação de novos processos, o que contribuiu para os resultados apresentados na tabela abaixo.

Assim sendo, em relação aos novos processos autuados e o número de contratos firmados tem-se os seguintes dados:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	TOTAL
Processos autuados	17	17	29	29	43	24	35	39	56*	30*	46*	365
CLO	-	-	-	-	25	-	01	-	07	01	03	37
Contratos	70** * Valores obtidos após a implementação do SEI!: o valor apresentado corresponde ao somatório do número de processos novos (autuados fisicamente e eletronicamente em 2017, estes últimos a partir de 27/09/2017) em conjunto com os processos em andamento e que foram incluídos no sistema.  ** Somatório dos contratos firmados pela Terracap, após a emissão de CLO por esta secretaria, e aqueles firmados diretamente por esta Seagri após a publicação do Termo de Cooperação nº 14/2017 entre Terracap e Seagri.											

Convém ressaltar que, após a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI!), sistema de produção e gestão de documentos e processos eletrônicos, 332 processos administrativos que já estavam em andamento tiveram a sua tramitação física encerrada, foram digitalizados e assim passaram a tramitar de forma totalmente eletrônica no referido sistema.

Além disso, 245 processos de regularização de ocupação foram autuados no SEI a partir de setembro, sendo 87 deles relativos à área urbana com características rurais e 158 relativos à área rural.

Outro ponto que também merece destaque refere-se à legitimação de ocupação, em que a Seagri emite e anexa aos autos uma Certificação de Legítimo Ocupante - CLO - após a constatação do atendimento de todas as condicionantes legais para a regularização da área.

Ocorre que antes da celebração do termo de cooperação técnica já mencionado, o processo administrativo de regularização em tramitação na Seagri concluía-se com a emissão de tal certificação, haja vista o fato da Terracap ser responsável pela elaboração e gestão dos contratos. Atualmente, com a gestão das ocupações a cargo desta Secretaria, o processo administrativo de regularização passou a tramitar apenas na Seagri, concluindo-se com a celebração do contratual - os Contrato de Concessão de Uso - CDU, cuja vigência é de 30 anos.

Assim, e em comparação ao ano de 2016, obtivemos os seguintes dados durante o exercício de 2017:

Dados da regularização das ocupações



Indicadores	2016	2017	TOTAL (2009-2017*)
Quantidade de processos autuados <sup>1</sup>	279	365*	5171
Legitimação de Ocupação <sup>2</sup> (quantidade de CLO e contratos)	81	70	1284
Proporção <sup>3</sup> de CLO por quantitativo de processo autuado em %	29,03	19,17	24,83

\* Ano de implementação do SEI

Obs<sup>1</sup>.: Neste ano entende-se por processo autuado não somente processo físico administrativo, mas todo e qualquer novo requerimento, haja vista a implementação do SEI a partir de 27/09/2017.

Obs<sup>2</sup>.: Contratos firmados pela Terracap após a emissão do Certificado de Legítimo Ocupante – CLO – pela Seagri (37) ou diretamente por esta Seagri após a assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 14/2017.

Obs<sup>3</sup>.: Índice de alcance de legitimação de ocupação em relação ao quantitativo de processos autuados por ano ou por período considerado. Foi levada em consideração a razão de processos autuados pelo quantitativo de legitimação de ocupação.

Considerando que a tramitação dos processos autuados em 2018 ocorrerá de forma totalmente eletrônica, pela utilização do SEI!, bem como o fato de não haver mais necessidade de encaminhar os autos à Terracap, a expectativa para o exercício de 2018 é de que a Seagri gere pelo menos 350 contratos (CDU).

Outra atividade também desenvolvida ao longo do ano e de grande importância para a regularização fundiária foram as ações de fiscalização nas áreas rurais do Distrito Federal, a fim de coibir o parcelamento irregular de áreas e de verificar se a função social da propriedade está sendo cumprida.

Enquanto que no ano de 2016 o número de fiscalizações realizadas chegou a 251, no ano seguinte esse número reduziu aproximadamente 8%, caindo para 231 em 2017. Apesar disso, se levarmos em consideração que o número de denúncias vem reduzindo, é possível crer que em razão do monitoramento efetivo das áreas, o objetivo inicial em relação aos parcelamentos de terras vem sendo cumprido.

Por fim, sobre o tema legitimação de posse, cabe esclarecer que este se encontra afeto a questões de ordem fundiária, baseados em lei. Nesse viés, está sendo construído entendimento jurídico pela Terracap para possibilitar a regulamentação e definir os procedimentos para a regularização de tais ocupações. Assim, não há informações e resultados a serem disponibilizados sobre o



tema.

## 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS</b>	<b>10.000,00</b>	<b>2.256.269,00</b>	<b>632.391,36</b>	<b>632.391,36</b>
5607 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	2.256.269,00	632.391,36	632.391,36
<b>4090 - APOIO A EVENTOS</b>	<b>60.000,00</b>	<b>442.946,00</b>	<b>335.925,18</b>	<b>335.925,18</b>
0014 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO EVENTO BRASILIA AGROECOLÓGICA 2017" - ESPAÇO FÍSICO E ESTRUTURA DE APOIO, INFRAESTRUTURA DE ALOJAMENTO DOS AGRICULTORES" -DISTRITO FEDERAL	60.000,00	242.946,00	142.945,19	142.945,19
0050 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO CONGRESSO BRASÍLIA AGROECOLÓGICA 2017-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	192.979,99	192.979,99
<b>TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL</b>	<b>70.000,00</b>	<b>2.699.215,00</b>	<b>968.316,54</b>	<b>968.316,54</b>

Em 2017 foram adquiridos 105 conjuntos de fossas sépticas que visam o tratamento de resíduos de esgoto doméstico em propriedades rurais do Distrito Federal. Já foram instalados 80 conjuntos de fossas sépticas, ficando o restante para serem instaladas no início do ano de 2018. O conjunto, é composto por uma fossa séptica e um filtro anaeróbico, é um método econômico e eficiente que trabalha com bactérias anaeróbias, que não precisam de oxigênio para sobreviver. Sua instalação promove em até 80% o tratamento do esgoto produzido.

Podem se beneficiar deste equipamento agricultores familiares e pré-assentados ou assentados da reforma agrária.

Estimular a reabilitação ambiental das áreas rurais está entre as ações principais da Seagri/DF. Por meio do Programa REFLORESTAR, criado em 2007, a equipe apoia os produtores rurais na adequação ambiental de seus lotes, orientando-os na recuperação e proteção dos recursos hídricos e conservação do solo. Além disso, o Reflorestar promove a capacitação e estimula a educação ambiental. A equipe do Programa - formada por biólogos, engenheiros, técnicos e auxiliares - trabalha na produção de mudas em um viveiro estruturado na Granja do Ipê, localizado no Park Way. Depois de um processo iniciado com a coleta de sementes no cerrado, as plantas são distribuídas para produtores rurais que fazem a reabilitação ambiental de suas propriedades. No ano de 2017, a Seagri/DF disponibilizou 53.470 mudas aos pequenos produtores rurais, totalizando 48 hectares recuperados.

Destaca-se que, no mês de setembro, a Seagri/DF celebrou convênio, de aproximadamente R\$1.000.000,00, com a Fundação Banco do Brasil a fim de promover a implantação do plano de revitalização da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto. Serão realizadas ações de revegetação em 224 Áreas de Preservação Permanente que estão degradadas, construção/adequação de 1.200 bacias de contenção "barraginhas" e capacitação de produtores rurais em manejo de irrigação. Desde a assinatura do convênio, já foram realizadas as construções de mais de 200 "barraginhas" e 15 APP's revegetadas.





Em relação à piscicultura, a Seagri/DF desenvolve diversas ações para fomentá-la no DF e RIDE. Com foco nos pequenos produtores e produtores familiares, destacam-se a produção e comercialização de alevinos com alta qualidade genética a preço subsidiado; treinamentos e capacitação em piscicultura além de incentivo à pesquisa e difusão de tecnologias.

São atendidos 1.000 produtores rurais anualmente com capacitação em piscicultura e distribuídos em média 500 mil alevinos por ano, distribuídos para mais de 300 piscicultores cadastrados. No ano de 2017, foram produzidos 190.750 alevinos, 163.100 comercializados, 85 produtores beneficiados e mais de 1.000 pessoas capacitadas.

Além das ações supracitadas, destaca-se a Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA, que é um documento que informa sobre atividades dispensadas de licenciamento pelo órgão ambiental, e o público beneficiado são os produtores rurais. A DCAA se destaca pelos seguintes benefícios: maior agilidade nos procedimentos de obtenção de financiamento das atividades agrícolas e pecuárias elencadas nas Portarias Conjuntas Ibram/Seagri nº 1, de 13/07/2012, foi publicada no DODF nº 141, seção I, pág. 6 de 18/07/2012, e nº 2, de 28/09/2012, publicada no DODF nº 202, seção I, pág. 38 de 04/10/12, com base em resolução específica do Conam e em legislações ambientais nela consideradas, instituiu a DCAA. A tabela de atividades rurais dispensadas de licenciamento ambiental e passível de receber a DCAA foi ampliada conforme a Resolução Conam nº 04, de 22/07/2014, celeridade para liberação de financiamentos, promove geração de renda no campo. Foram emitidas no ano de 2017 150 DCAA's.

Além dessas ações, a agroecologia do Distrito Federal foi beneficiada pelas ações da Seagri/DF, já que foi publicada a Lei nº 5.801/2017, que institui a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO, bem como o Decreto nº 38.618/2017, que regulamenta a Lei de Agroecologia e produção de orgânicos no Distrito Federal e cria uma Câmara Setorial que deverá elaborar um plano de fomento e organizar o setor com o objetivo de dinamizá-lo.

Outra ação da Seagri/DF relacionada à agroecologia é a aquisição de aproximadamente 80 Kit's agroecológicos que serão distribuídos com a finalidade de incentivar a transição agroecológica nas propriedades rurais do Distrito Federal.

No que se refere à promoção de renda do produtor, a Seagri/DF e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – Sema/DF, por meio de Chamamento Público, realizará seleção de pessoas jurídicas sem fins lucrativos (associações e cooperativas de produtores orgânicos do DF) objetivando a permissão de uso de espaço público para comercialização de produtos orgânicos nos parques sob administração do Ibram/DF.

## 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA</b>	<b>150.000,00</b>	<b>146.980,00</b>	<b>146.978,00</b>	<b>133.560,39</b>
0019 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	146.980,00	146.978,00	133.560,39
<b>TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA</b>	<b>150.000,00</b>	<b>146.980,00</b>	<b>146.978,00</b>	<b>133.560,39</b>

O Programa de Trabalho 20.421.6211.2426.0019 – Fortalecimento das Ações de Apoio ao





Interno e sua Família tem como finalidade assistir e ressocializar sentenciados à disposição da Secretaria de Agricultura, conforme contrato de prestação de serviços nº 02/2013 firmado com a FUNAP.

## 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>4091 - APOIO A PROJETOS</b>	<b>220.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0011 - APOIO A PROJETOS-DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AMBIENTAL - LIXOMANIA-DISTRITO FEDERAL	220.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA</b>	<b>220.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

O recurso orçamentário do Programa de Trabalho 12.244.6221.4091.0011 - Apoio a Projetos - da Associação de Assistência Social e Ambiental - Lixomania - foi cancelado para atender outras prioridades do Governo do Distrito Federal.

## 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>4.736.531,00</b>	<b>4.736.530,00</b>	<b>4.736.530,00</b>
0014 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	4.736.531,00	4.736.530,00	4.736.530,00
<b>9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b>	<b>1.430.000,00</b>	<b>1.232.712,00</b>	<b>1.113.182,43</b>	<b>1.113.182,43</b>
0031 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	1.430.000,00	1.232.712,00	1.113.182,43	1.113.182,43
<b>TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>6.430.000,00</b>	<b>5.969.243,00</b>	<b>5.849.712,43</b>	<b>5.849.712,43</b>

## 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
5301 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E	20.000,00	0,00	0,00	0,00



<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL				
<b>3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS</b>	<b>141.100,00</b>	<b>7.136,00</b>	<b>7.136,00</b>	<b>7.136,00</b>
1432 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO-DISTRITO FEDERAL	141.100,00	7.136,00	7.136,00	7.136,00
<b>4231 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL</b>	<b>40.000,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0002 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-PLANO PILOTO .	40.000,00	1,00	0,00	0,00
<b>8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL</b>	<b>74.324.521,00</b>	<b>65.174.977,00</b>	<b>65.129.998,70</b>	<b>65.129.998,70</b>
0004 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	74.324.521,00	65.174.977,00	65.129.998,70	65.129.998,70
<b>8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES</b>	<b>2.670.000,00</b>	<b>2.510.000,00</b>	<b>2.456.778,03</b>	<b>2.456.778,03</b>
0005 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	2.670.000,00	2.510.000,00	2.456.778,03	2.456.778,03
<b>8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS</b>	<b>5.636.625,00</b>	<b>3.199.870,00</b>	<b>3.151.387,71</b>	<b>2.915.531,18</b>
0004 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	5.636.625,00	3.199.870,00	3.151.387,71	2.915.531,18
<b>1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO</b>	<b>426.000,00</b>	<b>183.692,00</b>	<b>183.691,76</b>	<b>176.238,05</b>
2487 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	426.000,00	183.692,00	183.691,76	176.238,05
<b>2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
2566 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0011 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
9709 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS</b>	<b>200.000,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>196.336,75</b>	<b>196.336,75</b>
9659 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	250.000,00	196.336,75	196.336,75
<b>1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0003 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DO MOVIMENTO SEM TERRA-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO</b>	<b>83.978.246,00</b>	<b>71.325.676,00</b>	<b>71.125.328,95</b>	<b>70.882.018,71</b>

### **3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**



Realizações extraordinárias.

No ano de 2017 a Secretaria de Agricultura prestou contas de 02 Convênios/Contratos de Repasse de números SICONV, 771685 e 778560, devido à finalização da execução dos mesmos, permanecendo 30 Convênios/Contratos de Repasse em vigência, somando um montante de R\$ 37.722.072,51, conforme quadro seguinte.

nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
851912	Proporcionar as condições necessárias para dar agilidade ao processo de regularização de ocupação das terras públicas rurais e urbanas com características rurais do DF, por meio da aquisição de equipamentos tecnológicos, geotecnológicos e de infraestrutura.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	500.000,00	803,36	-	500.803,36
771686	Aquisição de patrulha móvel para tratamento de resíduos sólidos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	481.570,19	129.129,81	-	610.700,00
832958	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários para fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.211.089,42	11.950,00	-	1.223.039,42
794371	Aquisição de	Ministério da	975.000,00	243.750,00	15.326,00	1.234.076,00



	máquinas e equipamentos.	Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
795520	Aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilização de serviços de mecanização, aquisição de maquinário e construção de edificações para apoio ao transporte e comercialização da produção.	Ministério do Desenvolvimento Agrário	4.000.000,00	400.000,00	-	4.400.000,00
833391	Aquisição de patrulha agrícola.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	144.342,51	144,49	-	144.487,00
808705	Aquisição de máquinas e equipamentos (patrulha motomecanizada)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.462.500,00	47.500,00	-	1.510.000,00
835505	Apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o fortalecimento das ações de Defesa Agropecuária	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	999.740,00	53.000,00	30.000,00	1.082.740,00
764040	Recuperação da bacia hidrográfica	Ministério da Pesca e	2.000.000,00	284.580,00	231.251,03	2.515.831,03

A



	do Ribeirão Pipiripau - Programa Produtor de Águas.	Aquicultura / Agência Nacional de Águas				
857294	Disponibilizar saneamento básico em propriedades rurais do DF, com ênfase em agricultores familiares e assentados da reforma agrária localizados prioritariamente em bacias hidrográficas onde há captação de água para abastecimento hídrico rural e urbano do Distrito Federal e Entorno.	Ministério do Desenvolviment o Social	495.446,69	5.050,51	-	500.497,20
862529	Fomentar a transição agroecológica e agroflorestal de propriedades rurais familiares no DF através da inclusão social, produtiva e econômica no meio rural com propostas técnicas que possibilitem o desenvolvimento de sistemas de produção com maior lucratividade e autonomia ao	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolviment o Agrário	599.999,44	2.128,95	-	602.128,39

K



	agricultor familiar. Com isso pretende-se harmonizar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em sistemas de produção de base agroecológica e agroflorestal, acesso aos insumos, ampliar a oferta de alimentos saudáveis aos consumidores.					
795760	Construção e implantação de um Centro de Capacitação de Assentados da Reforma Agrária.	Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.000.000,00	1.022.100,00	-	4.022.100,00
853923	Aquisição de Kits de Irrigação à Baixa Pressão para Fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social de Agricultores Familiares oriundos da Reforma Agrária	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.258.425,31	1.259,69	-	1.259.685,00
862554	Elaborar o diagnóstico ambiental de áreas degradadas localizadas na região da Serrinha do Paranoá, bem como promover	Ministério do Meio Ambiente	442.563,00	701,00	-	443.264,00



	ações de educação e de reflorestamento.					
842619	Implantação de melhorias sanitárias domiciliares em comunidades rurais do Distrito Federal	Fundação Nacional de Saúde	500.000,00	500,50	-	500.500,50
846833	Aquisição de equipamentos e materiais diversos	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	1.040.769,00	1.041,81	-	1.041.810,81
847506	Aquisição de Tratores Agrícolas.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	292.500,00	34.500,00	-	327.000,00
844135	Aquisição de patrulhas agrícolas.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	146.250,00	146,40	-	146.396,40
846812	Aquisição de tubos para condução de água para irrigação.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	500.000,00	4.000,00	-	504.000,00
862523	Realizar a recuperação ambiental de Áreas de Preservação Permanente, nascentes, na região da bacia hidrográfica do Alto Descoberto.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	100.000,00	100,10	-	100.100,10



851231	Materiais e Insumos para revitalização de Centro de Referência em Agroecologia.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	196.888,92	197,09	-	197.086,01
016276	Promover o desenvolvimento rural, econômico e sustentável da bacia do Alto do Rio Descoberto.	Fundação do Banco do Brasil	899.523,25	192.178,56	-	1.091.701,81
835680	Fomento à produção de base agroecológica e agroflorestal no DF e entorno.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	421.800,00	423,00	-	422.223,00
841544	Aquisição máquina e implementos agrícolas.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	292.500,00	4.517,89	-	297.017,89
839394	Construção de Centro de Comercialização e Capacitação	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	1.600.000,00	1.601,60	-	1.601.601,60
839454	Implantação de sistemas de abastecimento de água nos assentamentos rurais no Distrito Federal e RIDE.	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	5.000.000,00	5.005,01	-	5.005.005,01
839226	Aquisição de equipamentos e Kits de Irrigação localizada por gotejamento	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.000.000,00	2.002,00	-	2.002.002,00

A



835494	Implantar unidade demonstrativa multidisciplinar em agropecuária.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	100.000,00	1.500,00	-	101.500,00
837678	Implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Distrito Federal e RIDE	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	2.966.154,28	329.572,70	-	3.295.726,98
840951	Apoiar a estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF através da aquisição de patrulhas agrícolas.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	1.000.000,00	39.049,00	-	1.039.049,00
<b>TOTAL</b>			<b>34.627.062,01</b>	<b>2.818.433,47</b>	<b>276.577,03</b>	<b>37.722.072,51</b>

#### **4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE**

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O SISTEMA PÚBLICO DA AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL é constituído pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI, cuja estrutura contempla cinco Subsecretarias, e suas empresas vinculadas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, com o papel da transferência de conhecimento e de tecnologias, e as Centrais de Abastecimento de Brasília - CEASA, que contribui para a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal.





Figura 1: O Sistema Público de Agricultura do Distrito Federal

O foco de trabalho do Sistema Público da Agricultura do Distrito Federal é a geração de renda no campo, como estratégia de favorecer a permanência ativa e sustentável das famílias no espaço rural. Assim, podemos destacar, de forma objetiva, os principais alcances no ano de 2017 e as perspectivas para 2018.

Na área de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

No âmbito das Compras Institucionais o não alcance da totalidade do indicador se deu pela diminuição de recursos disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA e no atraso em dois meses no início das atividades do PAA no segundo semestre do ano. Também, devido à falta de recursos das Secretarias do Distrito Federal para contratação no PAPA.

Para 2018 espera-se executar a construção e equipagem de 03 unidades de recebimento e distribuição de alimentos, fazer a implantação de 10 unidades vivas de agrofloresta em 05 comunidades rurais com a criação de um banco comunitário de sementes e concluir os projetos enquadrados nos Convênios e Contratos entre a Seagri/DF e os entes responsáveis pelos repasses de recursos.

As perspectivas, segundo definido no PPA 2016-2019, para os programas de compras institucionais (PAA, PAPA/DF e PNAE) executados, diretamente ou em parceria com outros órgãos, pela Seagri/DF são o atendimento de 1.100 agricultores familiares pelo PAA, o atendimento de 660 agricultores pelo PNAE e de 125 agricultores pelo PAPA/DF.

Na área de Defesa Agropecuária

De modo geral, as maiores dificuldades encontradas giraram em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, e que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da Seagri/DF, relacionados aos procedimentos de aquisição. É fundamental observar a recorrência de dificuldades no andamento de procedimentos licitatórios, causando impactos notáveis na produtividade do serviço público e comprometendo a utilização de recursos oriundos de fontes diversas, inclusive aquelas de convênio.

Assim como em 2016, no ano de 2017 a falta de veículos e de servidores para a realização de fiscalizações em estabelecimentos de produção de produtos de origem vegetal e animal e em todos os veículos que transitam nas rodovias do Distrito Federal interferiram negativamente na execução das atividades, comprometendo o atendimento das demandas pertinentes dessa área e impedindo o crescimento das atividades. É extremamente necessária a ampliação do quadro de analistas (engenheiros agrônomos, veterinários, zootecnistas), técnicos agropecuários e administrativos, e a análise da possibilidade de terceirização de alguns serviços para permitir que as atividades possam se desenvolver com maior eficiência, eficácia e qualidade aos usuários do Sistema Agricultura. As atividades de fiscalização também foram prejudicadas devido às dificuldades de compras de reagentes e capacitação dos servidores em análises laboratoriais, o que auxiliaria a comprovação de fraudes e irregularidades verificadas durante as fiscalizações, as quais, inclusive, poderiam levar a algum dano à saúde ou prejuízo econômico ao consumidor.

Com a evolução do trabalho de inspeção o intervalo entre as inspeções tendem a aumentar, diminuindo a quantidade anual de vistorias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de autocontrole nos estabelecimentos registrados, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros.



Por isso, a meta traçada para este indicador tende a mostrar-se inatingível e superestimada. E, para o ano de 2018, a perspectiva é de aumento na quantidade de indústrias registradas e a inibição de estabelecimentos clandestinos. Além disso, devem ser feitas melhorias no processo fiscalizatório e ampliação das ações após a aprovação do Decreto regulamentador da Lei 5.800/2017, e da aprovação da proposta de lei para estabelecimentos de pequeno porte, além das normativas complementares que trarão benefícios não só à fiscalização mas também aos consumidores e aos produtores rurais do Distrito Federal.

Ocorreram também avanços no desenvolvimento de propostas de novas normativas para as atividades realizadas na área de Defesa Agropecuária, como a construção da proposta de projeto de lei que regulamenta a atividade das agroindústrias de pequeno porte do Distrito Federal, a construção da proposta de Decreto que regulamenta a Lei nº 5.800, de 10 de janeiro de 2017, a revisão da Lei Complementar que regula o Fundo Distrital de Sanidade e a revisão do projeto de lei que regula o uso e o comércio de agrotóxicos no Distrito Federal, que já se encontra sob análise da Casa Civil.

Em 2017 o fator de maior impacto negativo ao atingimento da meta de ações de defesa sanitária animal e vegetal continuou sendo o número de Guias de Trânsito Animal - GTAs emitidas (51.413). Em relação a 2016 (51.295) houve um pequeno incremento, mas ainda foram quase 10.000 guias emitidas a menos se comparado ao ano de 2015 (61.029). A diminuição na emissão das GTAs foi observada nas empresas de aves e suínos em que os veterinários habilitados são os responsáveis pela emissão. A crise econômica que o país vive foi o fator que mais influenciou nessa queda, já que uma empresa de avicultura suspendeu suas atividades durante boa parte do ano, e as demais empresas diminuíram muito a quantidade de animais alojados em granjas. Como esse indicador depende exclusivamente da demanda pelo serviço público, a meta ficou superestimada em função da imprevisibilidade do mercado financeiro observada desde 2015. O fechamento de uma barreira fixa na rodovia BR 060 também impactou negativamente nos dados, já que reduziu o número de fiscalizações de trânsito de vegetais; entretanto, as atividades de apreensão mantiveram-se praticamente constantes pelo esforço empenhado pela barreira móvel.

Em 2017, a Seagri/DF manteve os esforços para ampliar o acesso ao sistema Sidagro para toda a população. Nesse sentido, foi disponibilizada a emissão de GTA para equídeos por meio do módulo do produtor rural no sistema de Defesa On-line. Atualmente, aproximadamente 720 produtores possuem acesso ao sistema e utilizam as ferramentas oferecidas para declaração de vacinação e emissão de GTA. Para 2018, entre outras metas, espera-se ampliar o acesso do público ao sistema on-line, objetivando melhor atender a população e aumentar a execução e eficiência das atividades na área de Defesa Agropecuária. Ainda, almeja-se implantar o módulo vegetal do Sidagro, já em fase de testes, para permitir que o próprio usuário seja capaz de emitir as Permissões de Trânsito Vegetal - PTV e sistematizar os dados de cadastro de propriedades de exploração agrícola para direcionar as ações de fiscalização.

Espera-se para 2018 ainda a intensificação da fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins almejada pela sociedade. Isso se dará por meio do projeto de monitoramento de resíduos de agrotóxicos em consonância com o programa de Boas Práticas Agrícolas em andamento na Seagri/DF, para que a população do Distrito Federal possa a cada dia mais consumir produtos seguros e de qualidade. O projeto foi iniciado em 2017, mas devido à morosidade do processo licitatório e à escassez de recursos para a execução das análises laboratoriais, não foi possível iniciar o monitoramento. Acredita-se que em meados de 2018 possam ser realizadas as primeiras análises em culturas agrícolas de importância para o Distrito Federal.

Na área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Para o bom desempenho das ações de revitalização e manutenção de canais a participação da comunidade que receberá o atendimento é fundamental. De maneira geral essa dinamização é feita pela Emater/DF, porém depende muito do grau de mobilização da comunidade.

Outro aspecto a ser considerado foi o da quantidade de frentes de trabalho, que deveria ser





em número mínimo de três, porém não foi possível alcançar a quantidade desejada na recuperação dos canais, tendo em vista a pouca disponibilidade de pessoal com atribuição para a coordenação de equipes de campo.

Deve-se relatar aqui também, que no mês de setembro, época adequada para os serviços, houve falta de combustível, o que levou à paralização dos serviços por aproximadamente duas semanas.

No programa temático Infraestrutura e Sustentabilidade Sócio Ambiental, apesar das ações possuírem objetos diferentes, são ações complementares que têm como objetivo a promoção da ocupação e renda dos produtores rurais do Distrito Federal. As principais dificuldades encontradas na execução das atividades foram:

- Certificação – Selo Brasília qualidade no Campo: falta de pessoal, de estímulo para produtor e de transporte; e dificuldade de convencimento do produtor para aderir ao programa.
- Programa Reflorestar: falta de pessoal, de recursos; de insumos e de veículos; e morosidade nos processos de licitação.
- Programa de Piscicultura: falta de pessoal, de recursos, de estrutura, de insumos e de veículos; e Morosidade nos processos de licitação.
- Fortalecimento da agroecologia: falta de pessoal, de estímulo para produtor e de transporte; e dificuldade de convencimento do produtor para aderir ao programa.
- Programa de Comercialização: dificuldade na burocracia; dificuldade com a legislação para utilização de espaços públicos; e falta de recursos.

Espera-se que em 2018 possamos corrigir as falhas administrativas a fim de que, mesmo que não seja disponibilizado recurso, as ações sejam realizadas em maior abrangência.

Na área de Regularização e Fiscalização Fundiária

O processo de regularização das ocupações das glebas públicas rurais, ou com características rurais inseridas em Zona Urbana, pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal - DF, ou da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap, tem sido um grande desafio para o Governo do Distrito Federal. Entretanto, após a publicação da Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017 – que institui a política de regularização de terras públicas rurais pertencentes ao Distrito Federal e à Terracap, ganhos significativos foram incorporadas ao processo de regularização, dentre elas destacamos a possibilidade de transferência intervivos e a possibilidade da utilização do Contrato de Concessão de Uso – CDU e do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU serem instrumentos hábeis para a obtenção de crédito rural, o que propicia maior atratividade para o convencimento do produtor sair da irregularidade em busca da legalidade.

Em contrapartida e apesar dos esforços da área de Regularização Fundiária, a publicação da lei trouxe a necessidade da sua regulamentação, o que demandou grande parte do tempo na elaboração do normativo, o Decreto nº 38.125, de 11 de abril de 2017.

Além disso, posteriormente à publicação da referida norma, foram necessários alguns ajustes nos procedimentos administrativos internos, para adequação e atendimentos às novas exigências da legislação, o que impactou na tramitação e análise dos processos de regularização na área de Regularização Fundiária desta Secretaria.

Outro ponto que merece destaque e de grande relevância para a Seagri/DF foi a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ocorrida no dia 27 de setembro deste ano, com o objetivo de tornar os processos administrativos eletrônicos, permitindo maior celeridade na tramitação destes.

A transformação dos processos físicos em formato eletrônico (autuação no SEI, digitalização



A



daqueles já existentes) na Seagri/DF tem possibilitado não só a diminuição do tempo gasto para se regularizar uma área, como também o tempo de resposta ao produtor rural acerca do seu pedido de regularização, melhorando assim a comunicação entre este e a Seagri/DF.

Todavia, para a utilização do Sistema foi necessário novos ajustes internos, além da capacitação de todos os servidores, o que gerou certa morosidade nos procedimentos de regularização em andamento e redução dos números em relação ao ano anterior.

Ainda há que se falar no Termo de Cooperação Técnica nº 14/2017 firmado entre a Terracap e a Seagri/DF, em 22 de março de 2017, que transfere, a esta Secretaria, a gestão da ocupação das terras públicas pertencentes à Terracap inseridas na Macrozona Rural passíveis de regularização por meio de Contratos de Concessão de Uso Oneroso, o que trouxe economia processual e ganho de tempo, visto que os contratos passaram a ser firmados pela Seagri/DF, não necessitando o encaminhamento àquela Companhia.

Da mesma forma, novamente, teve-se a necessidade dos devidos ajustamentos jurídicos e formais para o enquadramento dessa nova realizada e com isso o processo também foi atingido na questão de celeridade.

Por fim, cabe, ainda, salientar, a mudança de gestão ocorrida em 22 de agosto passado na direção desta Pasta de Agricultura, o que acarretou mudanças na direção da Subsecretaria de Regularização Fundiária em 11 de outubro e posteriormente dos diretores em 1º de novembro, acrescida da permanente situação quanto ao reduzido número de servidores envolvidos neste processo de regularização face à demanda imposta.

Não se pode deixar de reprimir que a regularização das áreas públicas rurais pertencentes à Terracap e ao Distrito Federal que está sob a responsabilidade desta Seagri/DF é um tema que envolve muitos interesses e enfrenta muitas restrições, sejam legais ou advindas da própria história que envolve a regularização dessas áreas.

#### Na área de Administração Geral

Um dos aspectos relevantes que devem ser ressaltados no diagnóstico do desenvolvimento da Seagri/DF diz respeito ao significativo aumento no nível de escolarização da sua força de trabalho, traduzindo um excelente resultado da política de valorização dos servidores do Distrito Federal.

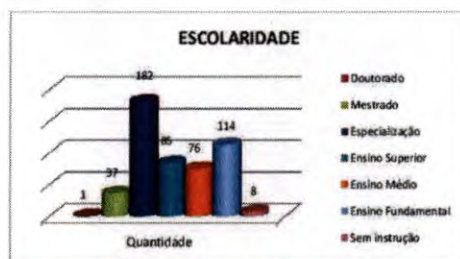
Anota-se que a Gratificação por Habilitação em Atividades Agropecuárias - GHAA e a Gratificação por Habilitação em Planejamento Urbano - GHPU, instituídas, respectivamente, pelas Leis distritais n.ºs 5.195/2013 e 5.218/2013, concedidas aos portadores de títulos, diplomas ou certificados obtidos mediante conclusão de cursos de ensino médio, graduação, especialização, mestrado e doutorado, estão servindo de importante incentivo aos servidores quanto à busca da constante qualificação profissional. Conforme quadro a seguir:

Escolaridade	Quantidade (*)	%
Diversado	001	0,20
Mensal	057	7,36
Especialização	102	13,18
Ensino Superior	085	10,90
Ensino Médio	076	9,71
Ensino Fundamental	114	14,66
Sem instrução	008	1,04
Total	593	100

(\*) servidores que possuem matrícula no SICOP (incluindo aposentados e sem vínculo).







Salienta-se que, no exercício de 2016, 56,04% possuem títulos de graduação e pós-graduação (stricto e lato sensu); 17,84% nível médio e 26,12% ensino fundamental/sem instrução. Comparativamente a 2017, 60,64% possuem títulos de graduação e pós-graduação (stricto e lato sensu); 15,11% nível médio e 24,25% ensino fundamental/sem instrução.

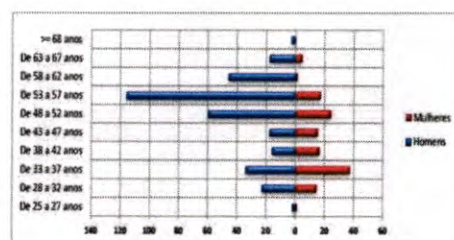
O Adicional de Qualificação – AQ, criado pela Lei nº 4.426/2009, também tem estimulado os servidores a se aperfeiçoarem de forma contínua. Atualmente, 288 recebem o benefício, o que corresponde a 62,20% do quadro de efetivos.

No tocante à estrutura etária, verifica-se que 62,28% da força de trabalho está nas faixas entre 48 a 68 anos de idade. Esse cenário merece atenção especial, já que tais faixas etárias contemplam servidores que detêm direito à aposentadoria voluntária ou que estão próximos a esta condição.

Tendo em vista o risco de redução de sua força de trabalho nos próximos anos, a Seagri/DF deve se mobilizar visando a aprovação de novo concurso que venha a substituir esses servidores, de modo a recompor o seu quadro de pessoal.

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
25 a 27	02	01	03
28 a 30	23	14	37
33 a 37	34	37	71
38 a 40	9	9	18
42 a 47	9	15	24
48 a 52	50	24	74
53 a 57	19	17	36
58 a 60	4	01	05
62 a 67	9	04	13
>= 68 anos	01	00	01
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>129</b>	<b>267</b>

(\*) Não incluem alguns servidores de carreira.



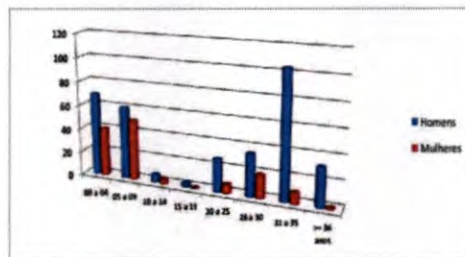
Percebe-se, no quadro seguinte, que 146 servidores da Seagri/DF possuem mais de 30 anos de serviço público, podendo já terem preenchidos os critérios de aposentadoria. Esses dados convergem com as informações citadas no tópico anterior, reforçando a urgente necessidade de realização de concurso público para a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária.

K



Tempo de Serviço	Homens	Mulheres	Total
03 a 04	59	40	109
05 a 09	90	50	140
10 a 14	08	09	09
15 a 19	05	00	05
20 a 24	07	07	14
25 a 29	35	19	54
30 a 34	104	06	110
>= 35 anos	32	01	33
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>129</b>	<b>468</b>

(\*) este inclui apenas servidores de carreira



O demonstrativo adiante revela o crescente quantitativo de aposentados e pensionistas no último quinquênio:

Período	Aposentados	Pensionistas	Total
Dezembro/2013	589	399	988
Dezembro/2014	609	376	985
Dezembro/2015	612	389	1001
Dezembro/2016	643	347	990
Dezembro/2017	692	399	1091

Cabe ressaltar, ainda, que há, no mês de dezembro/2017, 46 servidores recebendo Abono de Permanência. Estima-se que em 2018 mais de 50 servidores cumprirão os requisitos para aposentadoria integral, cabendo esclarecer que a média de aposentados nos últimos anos tem sido de 40 a 45 por ano.

Os servidores efetivos que compõem a força de trabalho desta Secretaria estão distribuídos pelas carreiras de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária e Políticas Públicas e Gestão Governamental, conforme tabela a seguir:

Carreira	Cargos	Quantidade
Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária	Analista	071
	Técnico	228
	Auxiliar	151
<b>Subtotal</b>		<b>450</b>
Políticas Públicas e Gestão Governamental	Gerente	03
	Analista	07
	Técnico	05
<b>Subtotal</b>		<b>15</b>
<b>Total</b>		<b>465</b>

Verifica-se que a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária é composta praticamente por técnicos (228) e auxiliares (151), corroborando a necessidade de contratação de novos analistas (71) para fomentar as atividades meio e fim da Pasta.

Em colaboração com o Comitê Gestor de Implantação do SEI-GDF, foram atendidas as necessidades apresentadas do Comitê para a implantação completa do Sistema de Eletrônico de Informação - SEI!, destacando-se a estruturação do laboratório de capacitação, a configuração e alocação de equipamentos para digitalização, a aquisição de novos equipamentos digitalizadores e demais ações administrativas em apoio ao Comitê,

A



obtendo os evidentes impactos de alta relevância para a gestão em todo o Órgão. Também no tocante à gestão documental, destaca-se a separação e organização de 8.709 metros lineares de documentos que aguardam os trâmites legais para a eliminação, e bem assim os trabalhos de organização e adequado acondicionamento de documentos em caixas e/ou armários, tendo-se eliminado, no exercício atual, a existência de documentos sem acondicionamento.

No tocante à gestão patrimonial, destaca-se a obtenção de doação de 686 mobiliários diversos, como cadeiras, mesas, armários e gaveteiros; além da obtenção de doação de equipamentos de informática, entre os quais um servidor de rede, equipamento antes não existente no Órgão, e que permitirá uma maior autonomia, estabilidade e segurança na gestão dos dados desta Secretaria de Estado.

Já no tocante à gestão de tecnologia da informação, destaca-se a criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, passo importante dado no exercício para trazer a gestão de tecnologia da informação ao nível estratégico da Instituição. Destacando-se também os esforços para manutenção dos serviços de outsourcing de impressão.

No que tange aos serviços gerais, destaca-se a gestão administrativa junto à Novacap, à CEB e aos Bombeiros para poda e retirada de árvores, tendo-se logrado êxito, no exercício, em reduzir a zero as ocorrências de queda de árvores nas áreas internas e arredores da Instituição. Destacando-se também a redução de 35% nos custos de energia, bem como redução de 27% no consumo de água, através de ações contínuas de conscientização e reparos.

Ressalta-se também que houve um significativo aumento na execução de pequenos reparos, possível devido a uma gestão mais integrada e à utilização de suprimento de fundos no setorial de serviços gerais.

Na gestão de transportes, devidencia-se um aumento de 12% nos atendimentos de requisição de veículos, observando-se que houve redução do consumo de combustível (gasolina), fator este atribuído a uma maior racionalização no atendimento das requisições, principalmente devido ao aumento de atendimento simultâneo de requisições de veículo.

Quanto à gestão de materiais/estoques, verificou-se no exercício a continuidade da política de redução de estoques, tendo-se reduzido em 35% (trinta e cinco por cento) a imobilização de capital em estoque, sem reduzir o quantitativo de atendimentos no Órgão.

No tocante às compras, houve a implantação do sistema de formulário de compras para fins de solicitação de compra de bens e materiais, o que permitiu uma redução do tempo de processamento das aquisições, culminando em uma taxa de sucesso das licitações de 35% em 2017, comparativamente a 20% nos dois exercícios anteriores.

Destacou-se também a descentralização das compras de bens finalísticos para a SEAGRI-DF, fato que trouxe uma significativa redução do tempo de processamento da fase externa da licitação, o qual cairá para aproximadamente 60 dias, sendo 45 dias de análise jurídica, 8 dias de prazo legal e 7 dias para elaboração e ajuste em Edital, prazo este que antes, com o processamento na Subsecretaria de Compras Governamentais, era superior a 120 dias.

Nas compras, ressaltou-se a instrução de Licitação com formação Ata de Registro de Preços para aquisição de maquinários, a qual abrange todas as máquinas e implementos agrícolas necessários para aquisição no Órgão, e cujo edital será lançado em janeiro de 2018, de cujo resultado espera-se possibilitar a execução da maior parte dos recursos oriundos de convênios e emendas parlamentares.

As dificuldades encontradas dizem respeito notadamente à falta de planejamento institucional eficiente em certas áreas, à falta de estrutura adequada para desenvolvimento das atividades (cargos ou unidades administrativas), as questões relacionadas à gestão de pessoas e à existência de gargalos externos a serem superados no processamento das aquisições no Órgão.

No que se refere à estrutura administrativa, observa-se a inexistência de cargos ou unidades administrativas específicas de arquivo, para adequado tratamento do acervo da



documentação. Também as atividades de manutenção predial estão atribuídas à Gerência de Serviços Gerais, não havendo um setorial específico com conhecimentos e habilitação em engenharia, e não se considerando adequada a gestão em conjunto com os serviços gerais. Verifica-se também Inexistência de Setoriais de Licitações e de Pesquisa de Preços, sendo notória a complexidade do procedimento de compras, não havendo na estrutura a existência de analistas de compras e licitações. Observando-se também a Inexistência de setoriais ou cargos especializados de Tecnologia da Informação e Comunicação, de forma que consideramos que a estrutura atualmente existente impossibilita o desenvolvimento de Tecnologia da Informação como fator estratégico para alcance da efetividade nas políticas públicas desenvolvidas e no atendimento ao cidadão. E, por fim, observa-se também a inexistência de um setorial responsável pela elaboração de projetos e organização de eventos, atualmente ocorrendo a gestão destes serviços de forma pulverizada em todo o Órgão, fato que tem sobrecarregado os setoriais de logística, resultando em prestação de um baixo nível de serviços.

No que diz respeito ao planejamento na Instituição, torna-se necessário que as unidades, e principalmente as unidades de logística, tenham informações realistas sobre os recursos a serem executados, desde o início do exercício, a fim de estabelecer a organização das atividades ao longo do ano, tomando assim viáveis as demandas.

Faz-se necessário integrar o planejamento estratégico e o planejamento orçamentário, posto que o planejamento orçamentário anual é, em si, o instrumento de planejamento estratégico para a Administração Pública, não havendo que possa ser executado sem a devida inclusão no orçamento. De forma que a falta de integração entre os planos gerou também a existência de demandas e esforço em projetos e ações inexecutáveis, prejudicando o andamento das demais atividades.

Há uma necessidade de planejamento estruturado das contratações com o envolvimento de todas as unidades, e portanto da alta administração, a fim de reduzir o quantitativo de processamento de demandas inexecutáveis, ampliando assim a capacidade operacional, com potencial de ampliação expressiva da execução de recursos.

Considerando a gestão de pessoas como uma função de linha, e não apenas do setorial de recursos humanos, apresentamos também neste relatório estas dificuldades encontradas e as possíveis soluções aos problemas.

Para o melhor andamento das atividades há necessidade de cargos com especialização em arquivologia, tecnologia da informação, engenharia e/ou edificações. Ademais, nota-se que as atividades administrativas atuais cresceram em nível de complexidade, não tendo ocorrido o mesmo com o desenho dos cargos da Instituição. De forma que há excessiva concentração de atividades operacionais nos titulares das unidades administrativas, excessiva verticalização da estrutura, e concentração de atividades enfadonhas para os servidores. Havendo a necessidade de redesenho dos cargos, notadamente de Técnico de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, que são a maior parte da força de trabalho administrativa.

Atualmente não há um sistema adequado para alocação da força de trabalho, o que tem gerado dois fatores negativos: instabilidade na composição de equipes e conflitos dos servidores com suas chefias imediatas. Se faz necessário regulamentar o procedimento de alocação de servidores, de forma a garantir que a lotação na estrutura seja determinada em razão do perfil do funcionário e das necessidades do serviço em cada unidade, previamente determinados.

Constata-se que historicamente os servidores com menor desempenho ou desvios de comportamento são gradativamente menos cobrados em suas atividades, e possuem maior autonomia para escolha de suas lotações, posto que são rotineiramente disponibilizados pelos setores onde trabalham. De forma que, ao longo do tempo, sendo observável que os servidores têm reduzido gradativamente o seu nível de desempenho e comprometimento, em razão da injustiça percebida. A curto prazo, observa-se serem necessários, para a reversão deste problema: o estabelecimento de critérios e procedimentos objetivos para a alocação de servidores; a necessidade de cobrança de produtividade igualmente entre os servidores ocupantes de um mesmo cargo, bem assim incentivando-se autonomia dos

A



servidores que apresentam maior comprometimento, na escolha das suas atividades e lotações.

A falta de capacitação adequada é um dos fatores a prejudicar o desempenho da unidade - observando-se que os servidores muitas vezes não possuem o conhecimento necessário ao eficiente desempenho das atividades, em todas as unidades. Não tendo se mostrado suficientes para o aprendizado formal apenas os cursos oferecidos pela Escola de Governo. De forma que, para o aumento da produtividade, consideramos necessário o restabelecimento de investimentos em capacitação - notadamente voltados para compras e contratações, tecnologia da informação, manutenção de prédios e próprios, gestão de processos e de projetos.

Percebe-se também que os servidores não possuem uma visão holística das atividades da Instituição, por esta razão, entendemos por necessário para a melhoria dos resultados o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação interna ao Órgão quanto às atividades desempenhadas por cada área, os resultados obtidos e a importância destas ações para a sociedade - bem assim o desenvolvimento de materiais educativos e palestras internas sobre as atividades de cada área apresentadas aos servidores das demais áreas.

Quanto aos recursos orçamentários e financeiros, observa-se que aportados para investimento no Órgão são insuficientes para as necessidades administrativas - o que tem impossibilitado a aquisição de ferramentas, mobiliários e equipamentos adequados às necessidades. Assim também, anualmente tem sido disponibilizada para o desenvolvimento das atividades de manutenção de prédios e próprios a quantia de R\$ 10.000,00 para a contratação de serviços e R\$ 10.000,00 para a aquisição de materiais. Valor que torna inviável o desenvolvimento de projeto de manutenção dos prédios e próprios do Órgão, tendo-se estimado aproximadamente a quantia de R\$ 1.700.000,00.

Observa-se ainda um excesso de autuação de processos de compra em relação à quantidade de processos concluídos. Sendo especificamente 17 processos autuados para licitação (desconsiderando-se as aquisições por registro de preços e dispensa de licitação), dos quais 6 tiveram a licitação concluída no mesmo exercício, frente a 4 nos dois exercícios anteriores, sendo 8 no exercício de 2016, dos quais 4 haviam sido autuados no exercício de 2015.

Dentre os fatores que levaram à inexecução, verifica-se: a intempestividade dos pedidos de aquisição; o encaminhamento de pedidos em desconformidade com os planos de trabalho de convênios ou contratos de repasse; o encaminhamento de formulários sem especificações ou justificativas adequadas; tendo ocorrido ainda o processamento de alguns pedidos sem a existência de dotação orçamentária, devido à implantação do formulário apenas no mês de maio e a falhas de comunicação já superadas.

Apesar da Edição do Decreto 38.297, de 26 de junho de 2017, que excluiu a Seagri/DF do sistema centralizado de licitações, firmou-se o entendimento jurídico nesta Secretaria de Agricultura de que os processos de aquisição ligados aos serviços administrativos não poderiam ser licitados pela própria Instituição, devendo ser submetidos à Subsecretaria de Compras Governamentais. Do fato decorreu a impossibilidade de licitação dos serviços, equipamentos e materiais necessários à gestão administrativa, tais quais os serviços de outsourcing de impressão e manutenção de central telefônica. Ambos há mais de 6 meses em processamento da Subsecretaria de Compras Governamentais. De forma que, considerada a redação do Decreto, evidencia-se a necessidade de alteração do entendimento jurídico firmado.

No exercício, observou-se que houve excessiva concentração de esforços, em prejuízo relevante aos demais processos, no tocante a alguns procedimentos de compras, que merecem atenção. Devido ao atraso no encaminhamento do pedido de aquisição, e à falta de um projeto para realização, ainda às sucessivas alterações nos serviços solicitados, e considerada a complexidade da contratação, houve mora na conclusão dos procedimentos e a necessidade de sobrestamento de todos os demais processos para fins de conclusão destes procedimentos específicos: Contratação dos Serviços de Realização do Evento PecBrasília; Elaboração do Termo de Referência para Contratação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada; Elaboração de Ata de Registro de Preços para Aquisição de Máquinas e



## Equipamentos Agrícolas.

De forma que, em grande parte, a impossibilidade de ampliação expressiva da conclusão dos procedimentos licitatórios no segundo semestre de 2017 foi decorrente do processamento destas aquisições, todas concentradas em período contemporâneo à edição do Decreto 38.297/2017. Observando-se que as medidas para evitar-se este tipo de ocorrência excepcional já estão sendo devidamente promovidas.

A análise jurídica dos Editais de Pregão Eletrônico tem sido o principal gargalo dos processos de aquisição realizados na própria instituição, com uma expectativa de ao menos 45 dias para a análise de cada Edital. Para solução deste gargalo, se faz necessária a aprovação de minutas padrão de Edital, posto que neste caso a análise jurídica dos Instrumentos ficará adstrita aos termos alterados em cada caso, havendo a expectativa de redução significativa do tempo necessário à análise, o que foi recusado pelo Órgão Jurídico Central no âmbito do Processo nº 070.001.366/2017. Entretanto, será novamente solicitado em outros termos para outros tipos de aquisição.

Se fazem necessários os esforços conjuntos entre os setoriais e compras, orçamento e convênios, em conjunto com as áreas demandantes, a fim de estabelecer um calendário estável de compras no Órgão para o exercício de 2018, evitando-se, também desta forma, o encaminhamento de pedidos intempestivos e o processamento de demandas sem a correspondente dotação orçamentária, e, somente desta forma, sendo possível a eficiência total dos procedimentos de compras no Órgão.

Ressaltamos também a necessidade do estabelecimento de uma Ata de Registro de Preços para a contratação de serviços de eventos, procedimento este que se iniciou no exercício de 2017, para fins de conclusão até o terceiro mês do exercício de 2018. Posto que as sucessivas contratações de serviços para eventos são também um dos principais redutores da capacidade de processamento de compras no Órgão.

Para 2018, espera-se a ampliação da capacidade operacional logística e o atendimento de diversas metas, tais quais: obtenção de recursos e conclusão das aquisições necessárias à renovação do parque de computadores da Seagri/DF; adquirir autonomia também para licitar as compras e serviços necessários às atividades administrativas; aquisição de maquinários e serviços de eventos por meio do Sistema de Registro de Preços; estabelecimento de um calendário de aquisições; elevação do índice de sucesso dos procedimentos licitatórios para, no mínimo, 80%, com a adoção do novo fluxo processual; execução de 100% das aquisições com recursos oriundos de transferências da União; Promover a análise e melhoria do fluxo de todos os processos e atividades da Diretoria de Logística e Apoio Operacional; Promover a estruturação dos dados quanto às atividades setoriais para mensuração e controle e melhoria do desempenho; elaborar bases de conhecimento e tutoriais sobre as atividades de todos os setores, a fim de reproduzir o conhecimento e trazer efetividade às atividades setoriais; ampliar a capacidade operacional dos servidores através da reestruturação da carreira e de capacitações; promover estabilidade da rede de internet com a instalação de servidor de rede adquirido por doação; ampliar o nível de serviços de telefonia através da aquisição de serviços de manutenção da central telefônica; contratação de prestação de serviços de fornecimento mão de obra especializada; eliminação das ocorrências de falta de água no Órgão após a execução dos serviços de reparo do reservatório de água; eliminação das ocorrências de queda de energia com a conclusão do projeto e contratação dos serviços de readequação da rede elétrica para os aparelhos de ar condicionado do Edifício Sede; organização e catalogação de todo o acervo documental; encaminhamento às instâncias jurídicas competentes de todos os processos relativos à ocupação irregular de imóveis da extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal; Pintura de todas as instalações prediais; Contratação dos serviços de recolhimento de lâmpadas fluorescentes; Implantação do Sistema de Coleta Seletiva Solidária.



## Identificação dos Responsáveis

Nome do Ordenador de Despesas da Unidade Orçamentária: ROBERTO GOMES

Telefone: (61)3051-6307 e-mail de contato: gfn@seagri.df.gov.br

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: ARGILEU MARTINS DA SILVA

Telefone: (61)3051-1630 e-mail de contato: argileu.silva@seagri.df.gov.br

Assinatura: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: JOSIANI BRINGEL BEZERRA

Telefone: (61)3051-1163 e-mail de contato: josiani.bezerra@seagri.df.gov.br

Assinatura: \_\_\_\_\_